

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.198 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2000

Senado aprova novas condições para estados anteciparem "royalties"

Plenário também acolheu, em turno suplementar, substitutivo a projeto de lei que prevê a convocação de plebiscito sobre a criação de três territórios em áreas do estado do Amazonas. Matéria ainda será votada pela Câmara

O Senado aprovou ontem alteração na Resolução 78/98 que permite às administrações estaduais a antecipação de receitas de *royalties* em prazo superior ao período de governo. Os recursos só poderão ser usados para capitalização dos fundos de pensão dos servidores ou pagamento de dívidas com a União. O Plenário também acolheu proposta que pode levar à criação de três territórios no Amazonas.

PÁGINA 3

Plenário louva d. Eugênio e vai homenagear Celso Furtado



Celso Furtado: homenagem especial sugerida por Saturnino



D. Eugênio: voto de louvor proposto por Antonio Carlos Magalhães

PÁGINA 3



Ricardo Santos (ao microfone) é um dos autores do projeto sobre *royalties* aprovado ontem pelo Senado

Cobrança de sonegadores garante reajuste do mínimo, afirma Lando

Estudo apresentado pelo relator-geral do projeto de Orçamento para 2001, senador Amir Lando, mostra que o governo pode obter arrecadação adicional de R\$ 9 bilhões se for aprovado projeto que permite

à Receita Federal acessar as grandes movimentações financeiras. Os recursos seriam destinados à Previdência Social, garantindo aumento do salário mínimo para R\$ 180.

PÁGINA 7

Emendas acolhidas pela CCJ beneficiam Poder Judiciário

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou R\$ 126,5 milhões em emendas ao Orçamento da União. Os recursos visam tornar mais eficiente a ação do Judiciário.

PÁGINA 7



Luxemburgo pode ter sigilo bancário quebrado

PÁGINA 5

A estudante de Direito Renata Alves, que acusa Wanderley Luxemburgo de montar rede de negócios ilegais, mostra documentos ao senador Álvaro Dias



Suplicy quer renda mínima em todo o país

Projeto de Eduardo Suplicy autoriza o governo a implantar programa de renda mínima em todo o país a partir de 2005.

PÁGINA 8

Ricardo Santos: cooperativas enfrentam crise

O senador Ricardo Santos relata dificuldades enfrentadas pelo Programa de Revitalização de Cooperativas Agropecuárias.

PÁGINA 8

ACM convidado para inauguração de usina térmica em Corumbá

Governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, visita Antonio Carlos e agradece "todo o apoio institucional" que sua administração vem recebendo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na manhã de ontem o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio Miranda dos Santos, mais conhecido como Zeca do PT, que fez convite ao senador para a inauguração, no próximo dia 8 de dezembro, da primeira usina térmica do estado, movida a gás boliviano.

A usina, instalada em Corumbá, deverá viabilizar, segundo explicou o governador, a futura implantação de um pólo minero-siderúrgico no estado. O presidente Fernando Hen-

rique Cardoso, acrescentou que Zeca, já confirmou presença. Ele agradeceu "todo o apoio institucional" que sua administração vem recebendo do presidente do Senado e aproveitou para relatar os objetivos e o alcance do plano de reestruturação do setor pú-



Zeca do PT informou a Antonio Carlos que o presidente Fernando Henrique Cardoso já confirmou presença

blico sul-mato-grossense, que acaba de colocar em prática.

Senador nega proximidade com representante da Bahia em Brasília

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que ficou surpreso com as denúncias publicadas a respeito do representante do governo da Bahia em Brasília, Rubens Gallarini, e esclareceu que o relacionamento entre os dois não chegou a ter a proximidade sugerida pela reportagem.

— Nunca tive essa intimidade com ele. Quando estive enfermo ele veio fazer *coopercomigo*, mas não conheço a casa dele, nem a vida dele — declarou.

O senador informou também que Gallarini foi demitido do cargo pelo governador da Bahia. Antonio Carlos garantiu que em nenhuma hipótese acobertará qualquer atitude incorreta do ex-assessor.

— Achei muito estranho ele ter aqueles bens. Se for verdade, ele não ganhou para isso, e eu não concordo com nada que não seja decente — assegurou.



Antonio Carlos esteve presente à posse de dois novos integrantes da Comissão Executiva Nacional do PFL

Antonio Carlos participa de posse de dirigentes do PFL

Ao lado dos senadores Jorge Bornhausen (SC) e Hugo Napoleão (PI), respectivamente presidente do partido e líder de sua bancada na Casa, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou na manhã de ontem da posse de dois novos integrantes da Comissão Executiva Nacional do Partido da Frente Liberal (PFL).

O deputado José Carlos Aleluia

(PFL-BA) assumiu o cargo de secretário-geral, enquanto o prefeito do Rio de Janeiro, Luiz Paulo Conde, foi eleito vice-presidente da agremiação. A solenidade, realizada na Ala Nilo Coelho das comissões do Senado, contou também com participação do ministro Carlos Melles, do Esporte e Turismo, do governador do Paraná, Jaime Lerner, e de diversos parlamentares do partido.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 10 DE NOVEMBRO DE 2000

PLENÁRIO

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização
Pauta: reunião para discutir o salário mínimo. Auditório Nereu Ramos

PREVISÃO PLENÁRIO

Segunda-feira

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 241/99, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural de Aratiba para serviço de radiodifusão sonora em onda média em Aratiba (RS); PDL nº 252/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Uirapuru para serviço de radiodifusão sonora em onda média em Birigüi (SP); e PDL nº 280/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade Jundiá para serviço de radiodifusão sonora em onda média em Jundiá (SP).

Terça-feira

10h — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PDL nº 75/94, aprova renovação da permissão à Rádio Difusora Porto Real para serviço de radiodifusão em frequência modulada em Resende (RJ); PDL nº 229/99, aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora Taubaté para serviço de radiodifusão em onda média em Taubaté (SP); e PDL nº 63/2000, aprova o ato que renova a concessão da Fundação Educativa Nordeste para serviço de radiodifusão em onda média em Lagoa Vermelha (RS).

Quinta-feira

10h — Sessão não deliberativa

Sexta-feira

9h — Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Segunda-feira

17h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: exposição do ministro da Saúde, José Serra, acerca da importação de medicamentos genéricos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

13h30 — CPI do Futebol

Pauta: depoimento do zagueiro da Seleção Brasileira na Copa do Mundo de 1970, Wilson Piazza. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2

Terça-feira

10h — Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: PEC nº 57/95, altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral; PLS nº 351/99, altera o art. 32 da Lei nº 9.605/98, para determinar aumento de pena na hipótese que especifica; PLC nº 54/2000, estabelece em seis meses o prazo prescricional de ação de regresso de que dispõe a companhia seguradora para reaver valor de indenização; PLC nº 56/2000, que cria cargos na carreira de policial federal; PLC nº 57/2000, que dispõe sobre a identificação criminal; PLC nº 58/2000, altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 9.034/95, que dispõe sobre a utilização de meios operacionais para a prevenção e repressão de ações praticadas por organizações criminais; PLS nº 302/99, que dispõe sobre a proibição da expressão "boa aparência" nos anúncios de recrutamento e seleção de pessoal; PEC nº 77/99, que imprime força cogente à lei orçamentária anual; emendas de Plenário nºs 1, 2 e 3 ao PLC nº 1/2000, que dispõe sobre a relação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas de suas respectivas entidades fechadas de previdência complementar; PLC nº 32/2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para Apoio à Inovação; PLS nº 27/99, altera os artigos 338, 340, 342 e 344 da Lei nº 3.071/16 — Código Civil, referentes a investigação de paternidade; PLS nº 654/99, que dispõe sobre encargos financeiros incidentes no crédito rural nas áreas da Sudam e da Sudene; PLS nº 187/99, modifica a Lei 9.096/95, com a finalidade de ampliar o prazo de filiação partidária; PLS nº 353/99, que dispõe o financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais e estabelece critérios objetivos de distribuição dos recursos no âmbito dos partidos; PLS nº 112/2000, acrescenta artigo à Lei nº 9.504/97, que estabelece hipóteses de cassação de registro de candidatura ou de perda de mandato; PEC nº 87/99, altera dispositivo da Constituição Federal (parágrafo 8º do art. 144 — constituição de guardas municipais); PLS nº 669/99, altera dispositivo da Lei nº 9.433/97, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos; PDL nº 34/93, aprova o texto da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre povos indígenas e tribais em países independentes; PLS nº 130/99, proíbe divulgação de pesquisas eleitorais no período que determina; PLS nº 138/2000, autoriza o DNOCS a doar imóvel ao município de Alvorada do Gurgueia (PI); e Requerimento nº 552/2000, do senador Pedro Simon, solicitando voto de louvor pela indicação da primeira mulher para ministra do Supremo Tribunal Federal. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

10h — Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: audiência pública destinada a instruir o PLC nº 49/99, que altera a Lei nº 8.248/91, a Lei nº 8.387/91, e o Decreto-Lei nº 288/67, que dispõe sobre a capacitação e competitividade do setor de tecnologia de informação, com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150

Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170

Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida

Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miquéas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Novas regras para a antecipação de "royalties"

Senadores aprovam adiantamento de receitas em prazo superior ao período de governo sob determinadas condições

Projeto que altera a Resolução 78/98 e permite às administrações estaduais obter do governo federal a antecipação de receitas de *royalties* em prazo superior ao período de governo foi aprovado ontem pelo Senado. De acordo com a proposta, o dinheiro só poderá ser usado para capitalização dos fundos de pensão de servidores públicos ou pagamento de dívidas junto à União.

O projeto, dos senadores Ricardo Santos (PSDB-ES) e Gerson Camata (PMDB-ES), tramitou em regime de urgência, depois de aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) com parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR). O texto aprovado vai permitir que todos os estados que se enquadrem nos requisitos possam utilizar as novas regras, embora o objetivo inicial dos autores fosse atender ao Espírito Santo. Ricardo Santos explicou que a intenção era corrigir uma situação prejudicial ao seu estado; com a mudança, o Espírito Santo solucionará de maneira de-



Osmar Dias destacou o vínculo da antecipação com a capitalização de fundos

finitiva o problema do déficit previdenciário.

Gerson Camata lembrou a importância de que se "amarre" a liberação antecipada dos *royalties* ao pagamento de dívidas com a União e à capitalização dos fundos de pensão. Osmar Dias também destacou esse ponto. Ele era contrário à antecipação na forma em que foi feita em outros estados, que considera "irresponsável", porque o dinheiro vinha sen-

do usado para cobrir a folha de pagamento.

Para o senador Paulo Hartung (PPS-ES), a aprovação vai corrigir uma injustiça com o Espírito Santo, porque estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná obtiveram antecipação de *royalties* com autorização do Senado. A líder do Bloco Oposição, senadora Heloísa Helena (PT-AL), votou contra, porque considera que as futuras administrações serão prejudicadas.

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) perguntou se os *royalties* não poderão ser usados para pagar inativos, o que desvirtuaria o objetivo de capitalização dos fundos de pensão. O senador Paulo Hartung afirmou que a qualidade de gestão do fundo é que determinará o equilíbrio do processo no futuro. O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que o Senado errou ao permitir a antecipação para além dos mandatos dos governantes, mas acha que, se outros estados receberam, o Espírito Santo não poderia ser prejudicado.

Amazonas pode ter plebiscito sobre criação de territórios

Em turno suplementar, o Senado aprovou ontem projeto de lei que autoriza a realização de plebiscito no Amazonas para a criação de três territórios – Rio Negro, Juruá e Solimões. A proposta, de autoria do senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), foi acolhida na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), e tem por objetivo garantir melhor estrutura governamental para áreas distantes e carentes de serviços de saúde, transporte e educação.

O projeto inicial de Mozarildo previa um plebiscito sobre a criação do estado de Solimões. Relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Jefferson Péres concluiu que a melhor alternativa



O projeto de Mozarildo Cavalcanti será agora examinado pelos deputados

seria criar territórios federais.

De acordo com o substitutivo, o

território do Rio Negro será criado a partir dos municípios de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel do Rio Negro e Barcelos. Solimões terá origem a partir dos municípios de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Tabatinga, São Paulo de Olivença, Tonantins, Amaturá, Fonte Boa, Jutai, Alvarães, Uarini, Maraã, Japurá e Santo Antônio do Içá. O território de Juruá terá origem nos municípios de Carauari, Itamarati, Eirunepê, Envira, Ipixuna, Guajará e Juruá.

O projeto vai agora à Câmara dos Deputados e, se aprovado, o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas terá seis meses, após a promulgação da lei, para convocar o plebiscito em todo o estado.

Aprovadas concessões de cinco emissoras

A renovação e a outorga de concessões a cinco emissoras de rádio foram aprovadas ontem pelo Senado. As rádios Alvorada de Rondônia, de Ji-Paraná (RO); Inconfidên-

cia de Belo Horizonte (MG) e Sociedade Rádio Difusora de Lençóis Paulista (SP) tiveram as concessões renovadas. A Fundação Missionária de Radiodifusão Educativa, de San-

to Ângelo (RS), e a prefeitura municipal de Rio Paranaíba (MG) foram autorizadas a operar emissoras. Os senadores do PT se absteram na votação.

Plenário aprova voto de louvor pelos 80 anos de d. Eugênio

O Senado aprovou ontem requerimento do presidente Antonio Carlos Magalhães para um voto de louvor em homenagem aos 80 anos de d. Eugênio Salles, arcebispo do Rio de Janeiro, e ao seu trabalho exemplar de pastor da Igreja Católica e de idealizador das Comunidades Eclesiais de Base. O requerimento propõe que a decisão do Senado seja transmitida ao governo do Rio de Janeiro, ao arcebispado da cidade e ao próprio homenageado.

Ao encaminhar o requerimento, Antonio Carlos disse que d. Eugênio é um homem de Deus, de coragem e de decisão. "Muitas vezes incompreendido, por ser considerado não-progressista, posso afirmar que é líder dos mais progressistas que conheço. Basta lembrar que, na Bahia, nos tempos do regime militar, ameaçava com excomunhão os generais que mantinham presos políticos em seus quartéis", afirmou o senador.

Antonio Carlos acrescentou que conhece d. Eugênio há mais de 40 anos, durante os quais aprendeu a admirá-lo. Desde os tempos de bispo auxiliar de Salvador, cidade onde fez carreira, chegando a arcebispo primaz do Brasil e cardeal nomeado pelo Vaticano, ele se notabilizou por seus programas de auxílio aos pobres. "Ao ser transferido para o Rio de Janeiro, reproduziu, com igual êxito, essas iniciativas de cunho social", disse o presidente do Senado.

Para Antonio Carlos, o Senado



Antonio Carlos Magalhães propôs a homenagem a d. Eugênio Salles, arcebispo do Rio de Janeiro

não poderia deixar de se associar às justas homenagens, que marcam o regozijo do Brasil por ter homens como d. Eugênio e acontecem no Rio de Janeiro, na Bahia e no Rio Grande do Norte, seu estado de origem. "Minha intimidade com ele, quando exercia o arcebispado da Bahia, me obriga a fazer justiça às suas qualidades. É uma figura notável e bem ao meu gosto", afirmou.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) manifestou sua emoção por estar presidindo a sessão do Senado que prestou essa homenagem a um conterrâneo tão ilustre. "Muitos consideram d. Eugênio uma expressão conservadora da Igreja Católica, mas isso não é verdade. Ainda jovem, na diocese de Natal, iniciou o movimento para criar o primeiro sindicato de trabalhadores rurais, que depois se transformou em comunidade eclesial de base, trabalho que se expandiu por todo o Brasil", frisou.

Senado prestará homenagem ao economista Celso Furtado

Requerimento do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) que propõe homenagem aos 80 anos do economista Celso Furtado foi aprovado ontem pelo Senado. O senador destacou que a Academia Brasileira de Letras também está homenageando o professor e escritor, dono de uma biografia riquíssima. O senador informou que Celso Furtado lutou contra o nazismo na Itália, na Segunda Guerra Mundial.

Roberto Saturnino lembrou o importante papel de Celso Furtado na história recente do Brasil, ocupando diversos cargos, como a diretoria do BNDES e o Ministério do Planejamento no governo João Goulart, além da criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).



Roberto Saturnino ressaltou as qualidades do economista Celso Furtado

"Celso Furtado é um dos maiores brasileiros vivos, um dos mais importantes de todos os tempos. Lidera uma corrente de opinião importante no país, agregando muitos filiados que têm esperança na reformulação política do Brasil", disse Saturnino.

Everardo Maciel fala na CAE sobre incentivos à informática

Está confirmado: o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, participará na próxima terça, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de debate sobre o projeto da nova Lei de Informática. Ele falará sobre as conseqüências dos incentivos previstos no projeto para os próximos nove anos. A reunião está marcada para as 10h.

A informação é do presidente da CAE e relator do projeto, Ney Suassuna (PMDB-PB). Segundo ele, o encontro também servirá para instruir o projeto da nova Lei de Informática, que deve ser votado pela comissão ainda este mês. O projeto já foi aprovado pela Câmara.

O requerimento de convocação de Everardo partiu da bancada do Amazonas. Os senadores Bernardo Cabral (PFL), Gilberto Mestrinho (PMDB) e Jefferson Péres (PDT) entendem que a renúncia fiscal pre-



A convocação de Everardo Maciel foi solicitada pelos senadores do Amazonas

vista pelo projeto original deve ser melhor esclarecida e pode prejudicar a Zona Franca de Manaus. Pela proposta, a isenção do IPI valeria até o final de 2001 para as empresas de informática do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Depois disso, o imposto seria reduzido ano a ano, permanecendo, a partir de 2009, em 77% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste e em 70% no restante do país.

Suassuna informou que a CAE irá debater ainda a importação de medicamentos genéricos. O primeiro convidado será o ministro da Saúde, José Serra, que vai comparecer à comissão na segunda-feira, às 17h. Na próxima semana, a CAE examinará ainda projeto que autoriza o Executivo a tomar empréstimo de US\$ 19,1 milhões para a compra de bens e serviços para a modernização de laboratórios de educação profissional.

Senado define novos critérios para as sessões do Congresso

A aprovação da emenda, que reduz as hipóteses de reunião conjunta de deputados e senadores, foi uma das principais decisões desta semana

A aprovação da emenda constitucional que reduz as hipóteses de sessão conjunta do Congresso, a autorização para criar 30 procuradorias do Ministério Público Federal, a realização de plebiscito para constituir três territórios no Amazonas e a recondução dos dirigentes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) marcaram os trabalhos do Senado nesta semana.

Aprovando proposta de Lúcio Alcântara (PSDB-CE), o Plenário decidiu que as duas Casas do Congresso só se reunirão conjuntamente para inaugurar a sessão legislativa, dar posse ao presidente da República, promulgar emenda constitucional e receber o chefe de Estado. Aprovada em segundo turno com 61 votos, a matéria depende agora da deliberação da Câmara.

De iniciativa do Ministério Público, foi aprovado projeto para cri-

ar procuradorias nos municípios de Resende, Itaperuna e São Pedro da Aldeia, no Rio de Janeiro; Campo Mourão, Paranaguá e Ponta Grossa, no Paraná; Pelotas e Santa Cruz do Sul, no Rio Grande do Sul; e Lages e Tubarão, em Santa Catarina. O mesmo projeto cria outras 20 procuradorias em municípios ainda não especificados, a serem implantadas a critério do Ministério Público Federal.

Em turno suplementar, foi aprovado substitutivo de Jefferson Péres (PDT-AM) a projeto de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) que prevê a realização de plebiscito para criação de três territórios — Rio Negro, Juruá e Solimões. A matéria ainda vai à deliberação da Câmara.

Com 44 votos favoráveis e sete contrários, o Senado aprovou a recondução de David Zylberstajn ao cargo de diretor-geral da ANP, para um novo mandato de quatro anos. O presidente do Conselho Diretor da Anatel, Renato Navarro

Guerreiro, também foi reconduzido ao cargo para um novo mandato. A decisão foi tomada por 46 votos contra cinco.

O Senado decidiu alterar a Resolução 78/98 da Casa para permitir às administrações estaduais obter do governo federal a antecipação de receitas de *royalties* em prazo superior ao período de governo. Segundo o projeto, os recursos só poderão ser usados para a capitalização de fundos de pensão ou pagamento de dívidas junto à União.

Quarta-feira, o Plenário decidiu submeter a novo exame da Comissão de Assuntos Econômicos o projeto, de Osmar Dias (PSDB-PR), que reduz de 12% para 7% o ICMS cobrado nas operações interestaduais com farinha de trigo. O parlamentar argumenta que a redução é essencial para baixar o preço final pago pela farinha pelo consumidor, mas vários senadores disseram que ainda não estão convencidos disso.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUINTA-FEIRA, 9 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Resolução nº 76, de 2000. Senadores Ricardo Santos e Gerson Camata. Altera a Resolução nº 78, de 1998, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização, e dá outras providências. Parecer nº 1.046/2000-CAE, relator: senador Osmar Dias, favorável, com emenda de redação que apresenta. Aprovado. À promulgação.

2 Projeto de Decreto Legislativo nº 195, de 1999 (nº 108/95, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Alvorada de Rondônia Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ji-Paraná, estado de Rondônia. Parecer nº 235/2000-CE, relator: senador Amir Lando, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

3 Projeto de Decreto Legislativo nº 205, de 1999 (nº 45/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a autorização do governo do estado de Minas Gerais — Rádio Inconfidência Ltda. — para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda curta na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Parecer nº 246/2000-CE, relator: senador Francelino Pereira, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 248, de 1999 (nº 118/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Difusora de Lençóis Paulista Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Lençóis Paulista, estado de São Paulo. Parecer nº 237/2000-CE, relator: senador Gilvam Borges, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 278, de 1999 (nº 135/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga permissão à Fundação Missionária de Radiodifusão Educativa para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santo Ângelo, estado do Rio Grande do Sul. Parecer nº 617/2000-CE, relator: senadora Emília Fernandes, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 114, de 2000 (nº 300/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a prefeitura municipal de Rio Paranaíba a executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio Paranaíba, estado de Minas Gerais. Parecer nº 914/2000-CE, relator: senador Francelino Pereira, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

7 Substitutivo ao Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 1999. Senador Mozarildo Cavalcanti. C o n v o c a plebiscito no estado do Amazonas sobre a criação de três territórios federais. Parecer nº 1.040/2000-CDir, relator: senador Ronaldo Cunha Lima, oferecendo a redação do vencido. Encerrada a discussão, sem apresentação de emendas, o substitutivo é dado como definitivamente adotado, sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

8 Requerimento nº 539, de 2000. Senador Sebastião Rocha. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 495, de 1999, de sua autoria. Aprovado. O PLS nº 495/99 vai definitivamente ao arquivo.

9 Requerimento nº 540, de 2000. Senador Sebastião Rocha. Solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 496, de 1999, de sua autoria. Aprovado. O PLS nº 496, de 1999, vai definitivamente ao arquivo.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

CAS e CCJ aprovam veto à propaganda de cigarro nos meios de comunicação

Restrições à publicidade de cigarros, combate à evasão escolar, regulamentação da coleta de sangue, adoção de legenda oculta na programação das televisões e a quebra de sigilo bancário de empresários do futebol estão entre as propostas aprovadas ao longo da semana pelas comissões do Senado.

Por unanimidade, as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiram proibir a publicidade de cigarros e de outros produtos derivados do tabaco em revistas, jornais, televisão, rádio e *outdoors*, permitindo às indústrias enviar propaganda pelo correio ao público visado e ainda afixar cartazes, painéis e pôsteres na parte interna das lojas.

A Comissão de Educação aprovou projeto da Câmara que determina à direção das escolas de ensino fundamental que notifique, no final de cada bimestre, ao Conselho Tutelar do município e ao juiz competente da comarca, a relação nominal dos alunos que apresentem 25% de faltas não justificadas. Acolheu também projeto prevendo a in-



As novas restrições à propaganda de tabaco tiveram apoio unânime dos membros das comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania

clusão da legenda oculta na programação das emissoras de TV.

A CAS aprovou projeto disciplinando as atividades relacionadas com a coleta, o armazenamento e o uso de sangue e de seus derivados.

A CPI do Futebol brasileiro aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de 25 empresas e empresários credenciados pela Fifa para negociar jogadores brasileiros com clubes do exterior. Além destes, também serão quebrados os sigilos do empresário Luís Vianna, que até recentemente integrava a relação dos credenciados pela Fifa.

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país ouviu o de-

poimento do presidiário Sálvio Barbosa Vilar, 44 anos, que trabalhou como informante da polícia. Ele acusou integrantes do Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri), da Polícia de São Paulo, de comandarem um grande esquema de roubo de cargas e extorsão.

Durante audiência pública realizada pelas comissões de Assuntos Econômicos do Senado e de Finanças e Tributação da Câmara, o presidente do Banco Central, Armínio Fraga, admitiu que o BC teve um prejuízo de R\$ 13 bilhões em 1999, o equivalente a todo o gasto da área de educação previsto para o Orçamento de 2001, atribuindo-o à desvalorização do real.

Renata Alves acusa Luxemburgo de atividades ilegais

Segundo a estudante de Direito, o ex-técnico da seleção brasileira de futebol teria montado uma rede de negócios que envolvia o recebimento de comissão pela escalação de jogadores e a transferência de dólares para o exterior

Na condição de ex-procuradora, com plenos poderes, do técnico Wanderley Luxemburgo, a estudante de Direito carioca



Renata Alves revelou ontem à CPI do Futebol como o ex-treinador da seleção brasileira teria montado e operado uma rede de negócios, envolvendo o recebimento de comissões pela escalação de jogadores, uso de imagem, compra e venda de veículos e transferência de dólares ao exterior. Algumas informações foram fornecidas por meio de documentos e outras durante a parte secreta do depoimento.

Em resposta às perguntas do relator da CPI, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), a depoente falou com detalhes sobre o dia-a-dia de Luxemburgo. Conforme Renata Alves, que trabalhou com o treinador de 1993 a 1997, Luxemburgo se dizia um homem "muito rico e poderoso", titular de contas correntes e imóveis no exterior, e tinha o sonho de um dia morar na Europa.

Renata afirmou que Luxemburgo ganhava muito dinheiro escalando ou indicando jogadores para contratação. Citou como exemplos Mancuso e Macula, do Palmeiras. Entre os empresários com quem ele mantinha estreita conexão, disse, estavam Sérgio Malucelli, do Paraná, e o espanhol Juan Figer. Malucelli era também conselheiro de Luxemburgo. Os dois se reuniam na "embaixada", mansão localizada na Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, também freqüentada por integrantes da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), dirigentes esportivos e doleiros.

RECEITA FEDERAL

A principal função de Renata era comprar carros em leilões judiciais, transferindo-os em seguida para a empresa Luxemburgo Veículos, que os revendia com alta margem de lucro. Ela também atuava na compra de imóveis. Por suspeitas de sonegação de imposto de renda nessas operações, a ex-procuradora está sendo processada pela Receita Federal.

— Quando procurei o Luxemburgo para saber o que fazer em relação a esse processo, ele me disse simplesmente "vire-se" — relatou Renata. Além de acusar Luxemburgo de ser o verdadeiro sonegador, ela reivindica dele R\$ 1,4 milhão em direitos trabalhistas, já que viajava pelo Brasil, sem feriado ou fim de semana, para arrematar os carros e

levá-los até o Rio de Janeiro. Ela afirmou que recebia remuneração fixa de dez salários mínimos mais 20% de gratificação sobre o valor dos lotes arrematados.

Renata disse que mantinha relação amorosa com o ex-treinador da seleção e que usava o seu apartamento como base das operações. Ali ele teria assinado e entregue a ela cheques e folhas de papel ofício em branco, necessários à transferência de valores e documentação dos veículos comercializados. Segundo a depoente, Luxemburgo também deixava no apartamento a pasta 007 em que guardava os dólares recebidos a título de comissão por ter intermediado a venda de jogadores. O treinador, informou Renata, dizia receber de US\$ 100 mil a US\$ 130 mil por semana, dinheiro que era transferido para contas bancárias em paraísos fiscais, inclusive nas Ilhas Cayman.

— Muitas vezes ele estava em reunião e eu atendia o celular. Era alguém dizendo que o dinheiro já estava no exterior. Eu achava que as comissões eram normais e éticas, porque ele falava sobre isso de maneira aberta — declarou Renata.

Ela também falou sobre o tratamento que Luxemburgo recebia durante as viagens internacionais que realizava. "Ele nunca era revistado na alfândega." Esse privilégio era estendido a ela, que disse pagar com "rotina estressante e submissão" o ingresso no mundo milionário dos negócios do futebol.

MAQUIAGEM

Renata relatou que Luxemburgo lhe dava muitas informações. Teria dito, inclusive, que recebia comissão "até por beber um copo d'água ou usar um boné". Ela afirmou ainda suspeitar que o treinador contratava outras pessoas para intermediar negócios em outros pontos do Brasil. Renata falou sobre esquema montado pelo treinador para legalizar suas atividades extracampo, envolvendo cinco contadores da Parmalat, ex-patrocinadora do Palmeiras, que se encarregavam de maquiagem balanços, declarações de renda e outros documentos contábeis, permitindo tranquilidade a Luxemburgo para realizar operações como a compra de imóveis no exterior.

— Ele me disse que comprou um apartamento nos Estados Unidos — disse Renata. Segundo ela, Luxemburgo a obrigou a contrair empréstimos bancários fictícios.



Geraldo Althoff (à esquerda) questionou Renata Alves sobre o dia-a-dia de Luxemburgo

Dirigentes se reuniam com treinador na "embaixada"

"A CBF é uma máfia", teria dito o ex-técnico da seleção brasileira de futebol Wanderley Luxemburgo à sua secretária Renata Alves. No depoimento à CPI do Futebol, ela confirmou suas acusações contra o técnico e revelou que até 1996, enquanto trabalhava para ele, ambos costumavam freqüentar uma casa na Barra da Tijuca, bairro nobre da cidade do Rio de Janeiro, apelidada de "embaixada". Ali teriam sido realizadas diversas negociações entre dirigentes, empresários de futebol e doleiros, envolvendo especialmente a venda de passes de jogadores. Renata, que estava protegida por cinco agentes da Polícia Federal, preferiu revelar os nomes dos participantes das negociações na parte secreta da reunião.

De acordo com ela, o acesso à residência, que não existe mais — em seu lugar foi construído um edifício —, era muito restrito. A "embaixada" seria uma espécie de "sociedade" da qual participavam entre 60 e 70 pessoas. Ela mesma só pôde entrar no local quando trabalhava havia um ano para Luxemburgo. Respondendo à indagação do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Renata confirmou a presença do deputado Eurico Miranda (PPB-RJ), vice-presidente do Vasco da Gama, em reuniões na "embaixada". A ex-secretária afirmou que o empresário Eduardo Sacamoto, que negociou a venda dos jogadores Zinho e César Sampaio, do Palmeiras, para um clube japonês, também freqüentava a casa.

Pressionada pelo senador Maguito Vilela (PMDB-GO) para que dissesse quem são os "mafiosos" da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), a depoente afirmou que temia represálias, e insistiu que só revelaria os

nomes em reunião secreta. Maguito perguntou também o que poderia levar Luxemburgo a dizer, abertamente, que recebia comissões referentes a transações de jogadores de futebol, sabendo que isso causaria a perda do cargo de técnico, tanto nos clubes por que passou como na seleção brasileira. Renata foi enfática. "Vaidade. Ele é muito vaidoso, e gostava de ostentar que estava ganhando muito dinheiro", afirmou, lembrando que, além da empresa Luxemburgo Veículos e da Vimap, o técnico dizia que era dono de "várias firmas". Ela disse que só descobriu a suposta desonestidade de Luxemburgo após ser processada pela Receita.

ACORDO

Quando ao relacionamento de Luxemburgo com o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, Renata afirmou estranhar que, publicamente, os dois demonstrassem tanta amizade. Ela teria ouvido do técnico, diversas vezes, que ele odiava Teixeira. Renata salientou, no entanto, que isso ocorreu antes de ele ser chamado para trabalhar na seleção. A ex-secretária revelou ainda que foi procurada por Michel Asséf, advogado de Luxemburgo, que buscava um acordo para a ação trabalhista movida contra ele. Pela proposta, ela não compareceria à CPI, e teria de desmentir todas as acusações, viajando imediatamente para o exterior, onde seria obrigada a ficar por um ano.

Renata afirmou ainda que não busca notoriedade, pois o litígio trabalhista com Luxemburgo já tem cinco anos, e não teria interesse no escândalo. Ela admitiu, entretanto, que está escrevendo um livro, em que conta toda sua trajetória ao lado de Wanderley Luxemburgo.

Sigilo bancário do técnico pode ser quebrado

O relator da CPI do Futebol, senador Geraldo Althoff, vai apresentar requerimentos para quebra dos sigilos bancário, telefônico e fiscal, de 1993 a 1999, de Wanderley Luxemburgo, de sua ex-procuradora Renata Alves, do empresário Sérgio Malucelli, tido como "braço direito" do ex-técnico da seleção brasileira, e de Eduardo Sakamoto. Também deve ser requerida a quebra de sigilo das contas CC-5 de Luxemburgo e da empresa Traffic.

Renata Alves entregou documentos sobre movimentações bancárias de Luxemburgo e compras de imóveis. Além disso, a ex-secretária forneceu ao presidente da CPI, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), lista com nomes de dirigentes esportivos e doleiros que fariam parte do esquema do técnico.



David Zylberstajn: reconduzido por mais quatro anos à frente da ANP

Mandato do diretor da ANP é de quatro anos

Diferentemente do que informou o *Jornal do Senado* nas edições dos dias 8 e 9, o mandato dos diretores da Agência Nacional do Petróleo (ANP) é de quatro anos, permitida a recondução. Informação incorreta sobre o mandato também foi divulgada pela Agência Senado nos dias 7 e 8.

Psicólogo mostra técnicas contra estresse

No programa *Entrevista Especial* do fim de semana, na TV Senado, o jornalista Fernando Cesar Mesquita conversa com o psicólogo Antônio Ricardo Teixeira sobre novas técnicas de tratamento do estresse resultante de traumas psicológicos, que, segundo o especialista, apresentam resultados a curto prazo. Essa abordagem terapêutica vem sendo adotada com sucesso nos Estados Unidos e na Europa, ao lado de tratamentos tradicionais da psiquiatria. A entrevista vai ao ar sábado e domingo, às 11h e 23h, e segunda-feira, às 11h.

Grupo de choro Dois de Ouro volta à TV Senado

A reapresentação do show, sábado e domingo, será feita a pedidos. O conjunto, formado há 18 anos, representou Brasília no *Free Jazz Festival*

Devido a vários pedidos, o show do grupo Dois de Ouro — o único de Brasília a participar do recente *Free Jazz Festival* — será reapresentado pela TV Senado no fim de semana. Formado há 18 anos, o Dois de Ouro vem se dedicando ao choro, e é hoje um dos grupos mais respeitados do país. A dupla, inicialmente formada pelos irmãos Hamilton Holanda e Fernando César, transformou-se num conjunto de sete integrantes, que apresentam uma cara nova para o tradicional gênero. O programa vai ao ar sábado e domingo, às 14h30.

A TV Senado apresenta outro show às 21h30 de sábado e domingo. Será mostrado o maranhense Zeca Baleiro. O espetáculo *Vô Imbolá*, gravado em São Luís (MA), é uma festa de ritmos como coco, baião, embolada e outros que fazem parte da cultura popular brasileira.



O Dois de Ouro, com sete integrantes, é um dos grupos de choro mais respeitados do país

TCU

Que destino se dá ao dinheiro que o país arrecada com impostos pagos pela população? Para onde vai toda a quantia arrecadada? Quem fiscaliza a aplicação desses recursos? A TV Senado responde a essas perguntas no especial sobre o Tribunal de Contas da União (TCU). O programa sobre o órgão do Poder

Legislativo encarregado de auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização e controle das contas públicas vai ao ar sábado e domingo, às 14h40, 16h40, 20h10 e 21h10. No sábado, também poderá ser visto às 12h10.

No *Agenda Econômica* desta semana, que será mostrado sábado, às 6h30 e 13h30, e domingo, às 19h30, o presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco), Paulo Gil Introíni, conta aos jornalistas Helival Rios e Ribamar Oliveira que o Brasil perde em torno de R\$ 80 bilhões por ano com a sonegação de impostos. Segundo ele, 85% de todas as mercadorias que entram no país não são fiscalizadas.

João Donato e Eloir no "Jazz sem Fronteiras"

Alguns momentos excepcionais da música brasileira vão estar em destaque no fim de semana no programa *Improviso — Jazz sem Fronteiras*, transmitido pela Rádio Senado FM. O encontro de João Donato com Eloir de Moraes dá a tônica do programa. Eles apresentam uma versão superbalançada para o clássico *ARã*, em que o improviso de Donato ao piano é sustentado pelo *swing* empolgante da bateria de Moraes.

Improviso vai apresentar ainda o novo disco de Bebel Gilberto, que traz uma mistura de música brasileira com bases de música eletrônica e influências da *new bossz* inglesa.

Presença marcante no programa será o lançamento do álbum que reúne Gilberto Gil e Milton Nascimento. Forte candidato ao prêmio *Grammy* deste ano, o disco *Gil & Milton* tem uma produção muito bem cuidada.

Improviso — Jazz sem Fronteiras vai ao ar sábado, às 20h, com reapresentação no domingo, às 23h30.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO

HOJE

6h30 — *Entrevista Especial* — Dulce Maria Pereira, presidenta da Fundação Palmares, fala sobre racismo e cidadania
7h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala sobre o livro *Basta de Impunidade*
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil-Colônia na TV — Na companhia dos holandeses
9h — *Sessão Plenária* (ao vivo)
Logo após — Comissão Mista de Orçamento
Logo após — Reunião conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Finanças e Tributos da Câmara Federal
Logo após — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — *Quem tem medo da música clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms — 1ª parte
19h30 — *Agenda Econômica* — Sérgio Moreira, diretor presidente da Sebrae, fala das pequenas empresas
20h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala sobre o livro *Basta de Impunidade*
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *Canal Médico* — Câncer Inicial de Mama
22h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — "Orfeu e Eurídice"
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — "Índios do Brasil" de Sylvio Back

SÁBADO

1h — *Debate* — Luiza Dornas, secretária de Cultura do Distrito Federal e a jornalista Berê Bahia falam do Festival de Cinema de Brasília
2h — *Saúde/Unip* — A beleza da pele — parte 3
2h30 — *Jornal do Senado*
2h40 — *Especial* — TCU
3h — *Cores do Brasil* — Folclore do Maranhão
3h30 — *Entrevista* — Sen. Artur da Távola fala do livro *Em Flagrante*
4h — *Saúde/Unip* — A beleza da pele — parte 3
4h30 — *Jornal do Senado*
4h40 — *Especial* — TCU
5h — *Canal Médico* — Proteus aula 01
6h — *TV Escola* — Educação Especial — De zero a três



anos
6h30 — *Agenda Econômica* — Paulo Gil Introíni, presidente da Unafisco, fala sobre a fiscalização tributária e sonegação
7h30 — *Entrevista* — Sen. Henrique Loyola fala sobre alternativas no processo de inventário
8h — *Jornal do Senado*
8h10 — *Especial* — TCU
8h30 — *TV Escola* — Educação Especial — De quatro a seis anos

9h — *ABD no Ar* — O cinema fora do eixo Rio/São Paulo
9h30 — *De Coração* — Angina e infarto do miocárdio
10h — *Quem tem medo da música clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms — parte 2
11h — *Entrevista* — Antônio Ricardo Teixeira, psicólogo, fala sobre os traumas psicológicos
12h — *Jornal do Senado*
12h10 — *Especial* — TCU
12h30 — *Entrevista* — Sen. Arlindo Porto fala sobre os seguros
13h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil-Colônia na TV — Gente Colonial
13h30 — *Agenda Econômica* — Paulo Gil Introíni, presidente da Unafisco, fala sobre a fiscalização tributária

e a sonegação
14h30 — *Espaço Cultural* — Dois de Ouro
16h — *Saúde/Unip* — A beleza da pele — parte 3
16h30 — *Entrevista* — Sen. Jonas Pinheiro fala sobre a armazenagem agrícola
17h — *Revista Brasília* — nº 15
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms — parte 2
19h — *Tela Brasileira* — Assunção Hernandez
19h30 — *Canal Médico* — Enxaqueca
20h30 — *Entrevista* — Sen. Pedro Simon fala sobre o livro *Basta de Impunidade*
21h — *Jornal do Senado*
21h10 — *Especial* — TCU
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — *Vô Imbolá*, com Zeca Baleiro
23h — *Entrevista Especial* — Antônio Ricardo Teixeira, psicólogo, fala sobre os traumas psicológicos
24h — *Redescoberta do Cinema Nacional* — "Índios do Brasil", de Sylvio Back

11h — *Entrevista* — Antônio Ricardo Teixeira, psicólogo, fala sobre os traumas psicológicos
12h — *Canal Médico* — Enxaqueca
13h — *TV Escola* — 500 anos: O Brasil-Colônia na TV — Na companhia dos holandeses
13h30 — *Entrevista* — Sen. Lauro Campos e o antropólogo George Zarus falam sobre a região e a nação América Latina
14h30 — *Espaço Cultural* — "Dois de Ouro"
16h — *Saúde/Unip* — Projeto genoma — parte 1
16h30 — *Entrevista* — Sen. Henrique Loyola fala sobre alternativas no processo de inventário
17h — *Revista Brasília* — nº 15
18h — *Quem tem medo da música clássica?* — *Réquiem Alemão*, de J. Brahms — parte 2
19h — *ABD no Ar* — O cinema fora do eixo Rio/São Paulo
19h30 — *Agenda Econômica* — Paulo Gil Introíni, presidente da Unafisco, fala sobre a fiscalização tributária e sonegação
20h30 — *Entrevista* — Sen. Artur da Távola fala do livro *Em Flagrante*
21h — *Jornal do Senado*
21h10 — *Especial* — TCU
21h30 — *Teatro Arthur Azevedo* — "Vô Imbolá", com Zeca Baleiro
23h — *Entrevista Especial* — Antônio Ricardo Teixeira, psicólogo, fala sobre os traumas psicológicos
24h — *Revista Brasília* — nº 15

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal



COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica:

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Símbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: 0800 - 155700

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo:

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

Acesso a conta bancária pode garantir mínimo maior

Segundo o relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, estudo feito por técnicos do Congresso mostra que a simples permissão para a Receita quebrar o sigilo de sonegadores poderia assegurar à União mais R\$ 9 bilhões por ano

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), divulgou ontem um estudo técnico dos economistas do Congresso mostrando que o governo poderá obter uma arrecadação adicional de R\$ 9 bilhões ao ano se os deputados aprovarem um projeto, já votado pelos senadores, que dá à Receita Federal acesso às grandes movimentações bancárias, para identificar sonegadores de impostos e iniciar processo de cobrança.

Lando apresentará hoje o estudo a parlamentares de todos os partidos numa reunião convocada para discutir formas de destinar novas

receitas à Previdência Social, permitindo o aumento do salário mínimo dos atuais R\$ 151 para R\$ 180 no próximo ano. Na terça, o relator-geral se reunirá com todos os líderes de partidos da Câmara dos Deputados, quando tentará convencê-los a votar o projeto.

— Essa é uma das fontes permanentes com que podemos contar para elevar o salário mínimo e basta ter vontade política para aprová-la — disse.

Amir Lando discorda do substitutivo apresentado pelo deputado Ney Lopes (PFL-RN) ao projeto que saiu do Senado, de autoria de Lúcio

Alcântara (PSDB-CE), “porque o deputado tira a essência da proposta”. Em entrevista à imprensa, ele destacou que o projeto tem “total apoio” do presidente do Banco Central, Armínio Fraga, com quem ele esteve na última terça-feira. “Ele chegou a dizer que a arrecadação de CPMF é pequena frente ao que existe de sonegação”, afirmou.

O estudo do Congresso, feito pelas consultorias de orçamento e fis-



Para Lando, a aprovação da medida só depende de “vontade política”

calização do Senado e da Câmara, se apóia em informações do secretário da Receita Federal e de outros estudos sobre sonegação fiscal no país. Os técnicos concluíram que 2,2% do PIB são sonegados no Brasil, o que representa R\$ 27 bilhões por ano. As consultorias do Congresso só contam com a arrecadação de R\$ 9 bilhões dos “amadores”, que somariam cerca de um terço dos sonegadores.

— O estudo é cauteloso e leva em consideração outros trabalhos sérios já feitos sobre sonegação no país. O valor de R\$ 9 bilhões é conservador e, caso haja mudança da lei, pode ser obtido sem maiores problemas — sustentou Amir Lando.

Ontem, durante reunião de representantes de partidos com o relator-geral e o presidente da Comissão Mista de Orçamento, decidiu-se a divisão das dez sub-relatorias entre os partidos do Congresso. O PMDB ficará com a área de infra-estrutura, o PSDB com saúde, o PFL com desenvolvimento regional e o PT com agricultura e reforma agrária.



A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania destinou todas as cinco emendas aprovadas ao Poder Judiciário

CCJ aprova R\$ 126,5 milhões em emendas ao Orçamento

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem cinco emendas coletivas ao Orçamento de 2001. Seleccionadas pelo relator, Bernardo Cabral (PFL-AM), as propostas foram aprovadas por unanimidade e totalizam R\$ 126,5 milhões. Em seu parecer, Cabral deu preferência às emendas destinadas ao Judiciário, apresentadas por Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Agripino (PFL-RN), Ramez Tebet (PMDB-MS), Edison Lobão (PFL-MA) e Jefferson Péres (PDT-AM).

De autoria de Lúcio Alcântara, a primeira emenda aprovada, no valor de R\$ 29,1 milhões, destina-se à implantação do sistema integrado de gestão de informação jurisdicional na Justiça Federal. A iniciativa deve facilitar e tornar mais eficiente o acesso aos trâmites processuais pela comunidade jurídica e sociedade em geral.

O relator também acolheu emenda de José Agripino, orçada em R\$ 9 milhões, para reforçar as ações de informática no país pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Preocupado com a precariedade das instalações de algumas unida-

des do Judiciário, Cabral também resolveu acatar emenda de Jefferson Péres alocando R\$ 2,7 milhões para manutenção e conservação de bens imóveis.

A intensificação da remessa de processos sobre a correção do FGTS ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), estimada em 100 mil volumes, sensibilizou Lobão, que pleiteou R\$ 29,7 milhões para acelerar o julgamento dessas demandas. A proposta recebeu o aval do relator, assim como a emenda de Tebet, no valor de R\$ 56 milhões, destinada a cobrir as perdas de 11,98%, referentes à conversão para URV dos salários dos servidores do STJ.

Reconhecendo a adequação aos objetivos da CCJ de quatro emendas de Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), relativas à assistência social em comunidades indígenas e áreas carentes, Cabral preferiu priorizar as demandas do Judiciário, ante às deficiências na prestação jurisdicional no país. “Acato a decisão do relator, mas apelo para que a CCJ reserve duas emendas para atender os pleitos na área de cidadania no próximo ano”, declarou Mozarildo.

Suassuna nega culpa por atraso na votação de verbas para cobrir prejuízos de enchente

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) rebateu ontem a afirmação do senador Roberto Freire (PPS-PE) de que seria ele o responsável pelo fato de o projeto que trata da dívida dos estados afetados por enchentes ainda não ter sido votado. A proposta, de autoria de Freire, suspende o pagamento das dívidas de Pernambuco e Alagoas e encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que Suassuna preside. De acordo com Ney Suassuna, a proposta aguarda parecer do senador José Eduardo Dutra (PT-SE).

— Aguardo com muita ansiedade que o projeto seja aprovado por se

tratarem de dois estados nordestinos que sofreram o flagelo da enchente e precisam de ajuda. O que dependia de mim foi feito, e o senador Freire deve gerenciar junto ao senador Dutra para que possa exarar seu parecer — disse.

Suassuna também pediu a inscrição nos Anais do Senado de carta na qual a direção da Caixa Econômica Federal responde acusações publicadas pela revista *Veja* quanto a irregula-



Suassuna disse que aguarda “com muita ansiedade” a aprovação do projeto

ridades praticadas pela Funcef, fundo de pensão da Caixa. Na opinião do senador, a CEF tem prestado serviços relevantes como banco social e como órgão captador e aplicador de recursos do trabalhador.

— O presidente da Caixa mostra que a Secretaria de Previdência Complementar e o Tribunal de Contas têm acompanhado e os balanços têm demonstrado toda a ação da instituição — afirmou.

Sebastião Rocha lamenta crise política e institucional por que passa o Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) voltou a criticar ontem o que chamou de “lamentável realidade política e institucional” por que passa o seu estado. Ele citou reportagens publicadas na imprensa nacional mostrando as irregularidades e as práticas políticas de malversação de dinheiro público, a impunidade e o risco de crise institucional “que cada vez mais avança no estado”.

Rocha lamentou a reeleição, quarta-feira, do atual presidente da Assembleia, deputado Fran Jú-



Rocha criticou a reeleição do presidente da Assembleia Legislativa do Amapá

nior. Na sua avaliação, teria sido melhor a eleição de outro deputado, de fora da base do governador, o que evitaria que este “tomasse conta de todos os poderes do estado”. A decisão da Assembleia, na opinião de Rocha, “a mantém sob forte suspeição, deixando o povo do Amapá sem esperança na adoção de procedimentos administrativos e legais quanto ao uso adequado de recursos públicos naquela instituição”.

Fran Júnior foi afastado do cargo por decisão do Tribunal de

Justiça do Estado, que acolheu pedido do Ministério Público para que sejam investigadas denúncias de malversação de dinheiro público na Assembleia. O senador também levou à tribuna a informação de que a comissão de julgamento, formada por cinco desembargadores e cinco deputados estaduais para encaminhar o processo de *impeachment* do governador, está sendo montada para absolvê-lo. Rocha disse que fará uma visita hoje ao presidente do Tribunal de Justiça do Amapá, Luís Carlos dos Santos, “para adverti-lo sobre o que se comenta sobre o assunto”. A comissão será instalada no próximo dia 17.

Maguito propõe quatro anos de mandato para senadores

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) pediu a aprovação de sua proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz de oito para quatro anos o mandato dos senadores. Maguito disse ontem que irá limitar seu próprio mandato a quatro anos, por uma questão de coerência.

Ele acrescentou que, mesmo tendo os maiores índices de aprovação entre todos os governadores do Brasil, não se candidatou à reeleição ao governo de Goiás por ser contra tal instituto. Também negou que pretenda deixar

seu mandato no Senado para disputar novamente o governo.

Maguito garante que não tem nada contra a permanência de parlamentares por 20 ou 30 anos no Senado, mas defende que, de quatro em quatro anos, o político submeta seu mandato ao crivo popu-

lar. No seu entender, ao Senado só falta equiparar os mandatos de seus integrantes aos outros mandatos eletivos no país, de quatro anos de duração, para que a Casa mantenha o respeito e a credibilidade.

Ele elogiou o discurso feito nesta semana pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS) contra a corrupção e a impunidade. Para Maguito, a extinção do inquérito policial é um dos pré-requisitos para o melhor combate à corrupção. Como Simon, Maguito considera que o inquérito policial não tem valor

de prova perante o juiz. Mas lamentou que Simon não tenha atacado também o mandato de oito anos dos senadores, que, para ele, é também uma questão ética. Segundo Maguito, o mandato do Senado brasileiro é hoje "o mandato mais longo do mundo".



Maguito: o Senado do Brasil tem "o mandato mais longo do mundo"

Ademir cobra pavimentação de rodovia federal no Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) pediu ao ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, e ao presidente Fernando Henrique Cardoso recursos para o asfaltamento da BR-422, que liga Belém ao oeste do Pará. Ademir lamentou que, por seis vezes seguidas, a bancada paraense no Congresso tem apresentado emendas ao Orçamento para que seja pavimentada a estrada, mas o governo federal se recusa a liberar o dinheiro.

O senador informou que a estrada liga os municípios de Tucuruí e Novo Repartimento. Tem apenas 80 km, mas corta a Transamazônica e é o eixo de ligação entre todas as mercadorias que saem da região oeste do estado em direção à capital, seja para consumo ou para exportação.

Ademir informou que a emenda que prevê a pavimentação da estrada teve o apoio unânime da bancada do Pará. No ano passado, foram aprovados R\$ 5 milhões. Este

ano, seguindo a sua sugestão, a emenda prevê R\$ 40 milhões.

– Não admito mais que os recursos sejam aprovados e não sejam liberados, como vem acontecendo por anos consecutivos nessa rodovia que é a mais importante do Pará – afirmou.

Ademir disse que a bancada paraense multiplicou por oito os recursos previstos no Orçamento do ano passado para infra-estrutura no estado. Eram pouco mais de R\$ 25 milhões, que passaram a R\$ 208 milhões – quantia que, para Ademir, ainda é muito pequena.

Ele lamentou que o governo não invista no desenvolvimento, e lembrou que a despesa com a dívida pública interna e externa chega a R\$ 140 bilhões, enquanto há apenas R\$ 8 bilhões para infra-estrutura. E criticou ainda o governador do Pará, Almir Gabriel que, para ele, não dá a atenção devida à questão.



Ademir: "Não admito mais que os recursos não sejam liberados"

Suplicy defende programa nacional de renda mínima

Com a proposta, inspirada pelo sucesso de várias ações em andamento, o parlamentar quer ver as iniciativas na área estendidas a todo o país

O sucesso da implantação de programas de renda mínima associados à educação, adotados por inúmeras administrações municipais brasileiras, levou o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) a reafirmar ontem sua intenção de lutar pela implementação de ações desse gênero em caráter nacional. Para isso, vai apresentar projeto de lei ainda este ano, autorizando o governo federal a implantar o programa de renda mínima em todo o país a partir de 2005.

O senador apresentou sua proposta nos dias 6 e 7 de outubro, em Berlim, no 8º Congresso da *Basic Income European Network* (Bien), e, ontem, em seminário promovido pela Câmara dos Deputados, que reuniu especialistas da área. O texto integral de sua conferência no Bien deverá ser transcrito integralmente nos



Suplicy: todas as pessoas têm "o direito inalienável de participar da renda da nação"

Anais do Senado.

Na conferência em Berlim, Suplicy adiantou que vai lutar para que a instituição do programa nacional de renda mínima seja um dos principais temas da campanha eleitoral de 2002 à Presidência.

O senador citou o economista indiano e Prêmio Nobel Amartya Sen para afirmar que as várias situações de pobreza extrema estão na origem da falta de liberdade e da negação de vários direitos aos quais todos os cidadãos devem ter acesso.

– Tais situações me convenceram da necessidade de instituir o direito inalienável de todas as pessoas de participar da renda da nação – disse Suplicy.

O senador acrescentou que outras políticas públicas são necessárias para resolver o grave problema social do país. Entre elas, ele destacou o orçamento participativo, a reforma agrária, o desenvolvimento de formas cooperativas de produção, a expansão do microcrédito e a universalização do acesso à educação e aos serviços de saúde.

Ricardo Santos relata os problemas de financiamento das cooperativas rurais

O Programa de Revitalização de Cooperativas Agropecuárias (Recoop), lançado para resolver os problemas financeiros e de gestão enfrentados pelo setor, está enfrentando uma série de obstáculos em sua implementação, como a baixa adesão do sistema financeiro, afirmou ontem no Plenário o senador Ricardo Santos (PSDB-ES).

Com a baixa adesão do sistema financeiro ao programa – a exemplo do Banco do Nordeste e dos bancos privados –, as exigências de garantia são desproporcionais ao valor do financiamento requerido pelas cooperativas, às quais ainda é feita a exigência de prévia capitalização, disse o senador.

Há ainda outro obstáculo à implementação do Recoop, segundo Ricardo Santos: os agentes financeiros têm renegociado as dívidas das cooperativas pelo prazo de cinco anos, quando as normas do Recoop prevêem um prazo de 15 anos. Assim, com recursos da ordem de R\$ 2,1 bilhões, dois anos após o lança-

mento do programa, 11 meses após a aprovação dos projetos pelo Comitê Executivo e seis meses após a instalação do Comitê de Implementação do Recoop, apenas R\$ 114,12 milhões foram contratados, observou.

O Comitê Executivo do Recoop, por sua vez, tem usado de excessivo rigor técnico para enquadrar as cooperativas agropecuárias no programa, apontou o senador.

– Aprovou 439 cartas-consulta encaminhadas previamente por 651 cooperativas, excluindo, portanto, 212 cooperativas da possibilidade de enquadramento no programa. Encaminhados os projetos, apenas 322 foram aprovados e submetidos aos agentes financeiros – disse Ricardo Santos, observando que as cooperativas enfrentaram outros entraves à contratação de seus projetos.

Em julho de 1999, dos 322 projetos aprovados pelo comitê, apenas 80 foram contratados, a maioria deles referentes a alongamento de dívidas.



Santos: sistema financeiro não aderiu a programa lançado para atender às cooperativas

– O volume de recursos deferidos para o alongamento de dívidas é superior aos recursos novos alocados pelo programa, sendo estes últimos fundamentais para uma efetiva revitalização das cooperativas agropecuárias – completou o senador.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) aparteu Ricardo Santos para registrar que concorda integralmente com a análise das dificuldades que impedem a efetiva implementação do Recoop.